

COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA NO ÂMBITO DAS GESTÕES COLEGIADAS

LAYANE CARMEM ARRUDA DA ROCHA^{1*}; ANA CAROLINA DOS ANJOS MEDEIROS²;
MAYKON RODRIGO GOMES DE BARROS³; PAULO DA COSTA MEDEIROS⁴, GEORGE DO NASCIMENTO RIBEIRO⁵

¹Graduanda em Engenharia de Biosistemas, CDSA, UFCG, Sumé - PB, layrocha8@gmail.com;

²Graduanda em Direito, CCJ, UEPB, Campina Grande – PB, carolmedeiros777@gmail.com;

³Graduando em Engenharia de Biosistemas, CDSA, UFCG, Sumé - PB, maykonbarros26@gmail.com;

⁴Dr. Prof. Adjunto CDSA, UFCG, Sumé - PB, medeirospc@gmail.com

⁵Dr. Prof. Adjunto CDSA, UFCG, Sumé - PB, george@ufcg.edu.br

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC'2018
21 a 24 de agosto de 2018 – Maceió-AL, Brasil

RESUMO: O comitê de bacia hidrográfica constitui o parlamento das águas com representatividade da sociedade civil organizada, dos usuários de água e do poder público. Dentre suas competências, deliberam sobre temas específicos quanto aos recursos hídricos, promovem debates e arbitram em primeira instância sobre conflitos, além de sugerir valores a serem cobrados no âmbito da bacia. A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs), Órgão gestor de gerenciamento das águas no estado, disponibiliza informações quanto as composições nas gestões dos últimos anos. O presente artigo, destaca a distribuição da composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba (CBH-PB), frente as subdivisões de sua representatividade. Enfatiza-se a necessidade participativa de diferentes municípios quanto aos representantes dos usuários de água e da sociedade civil organizada, tanto na gestão colegiada como nas alternâncias entre essas gestões, fortalecendo a visão descentralizada e participativa do órgão colegiado.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Hídricos, gestão descentralizada, gestão participativa

COMPOSITION OF THE MEMBERS OF THE WATERSHED COMMITTEE PARAIBA/BRAZIL RIVER IN THE SCOPE OF COLLEGIATE MANAGEMENT

ABSTRACT: The watershed committee is the water parliament with representatives of organized civil society, water users and government institutions. Among their competencies, they decide on specific topics related to water resources, promote debates and arbitrate at first instance on conflicts, besides suggesting values for raw water. The State Water Management Executive Agency (AESAs), the governing body for water management in the state (PB/Brazil), provides information on the composition of management in recent years. This paper highlights the distribution of the composition of the Watershed Committee Paraíba (CBH-PB), in view of its subdivisions. It is worth noting the participatory need of different municipalities for the representatives of water users and organized civil society, both in the collegial management and in the alternations between these management, strengthening the decentralized and participative vision of the collegiate.

KEYWORDS: Water Resources, decentralized management, participative management

INTRODUÇÃO

Antes da promulgação da Lei Federal das Águas (N.º 9.433) de 8 janeiro de 1997, o estado da Paraíba já havia instituído a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei N.º 6.308) em 02 de julho de 1996, destacando temas, como: objetivos e princípios básicos (dentre outros, recursos hídricos como bem público e de valor econômico e a bacia hidrográfica como unidade básica físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, Art. 2, II e III); Diretrizes Gerais (como a prioridade do uso da água para abastecimento humano, Art. 3, I); da estrutura do sistema de

gerenciamento (Art. 6) com participação da Secretaria, Conselho e Agência de recursos hídricos do estado e de comitês de bacias. Este último com representatividade no próprio Conselho Estadual.

Destinado a atuar como fórum de decisão no âmbito da unidade de gestão das águas, o Comitê de bacia é um órgão colegiado que conta com a participação dos usuários outorgados, da sociedade civil organizada, de representantes de governos municipais, estaduais e federal. No âmbito estadual, como competência dos comitês (Art. 10-B da Lei N.º 6.308): “I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar a sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; IV – propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; V – propor os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos, sempre com o propósito de responsabilizar e ampliar o universo de usuários sobre a importância dos mesmos, e sugerir os valores a serem cobrados com base em estudos de viabilidade econômico-financeira sobre o impacto de qualquer cobrança sobre as atividades e a competitividade do agronegócio e da agricultura familiar, assim como sobre a geração de empregos na região (Subseção criada pelo Art. 2º da Lei n.º 8.446/2007).”

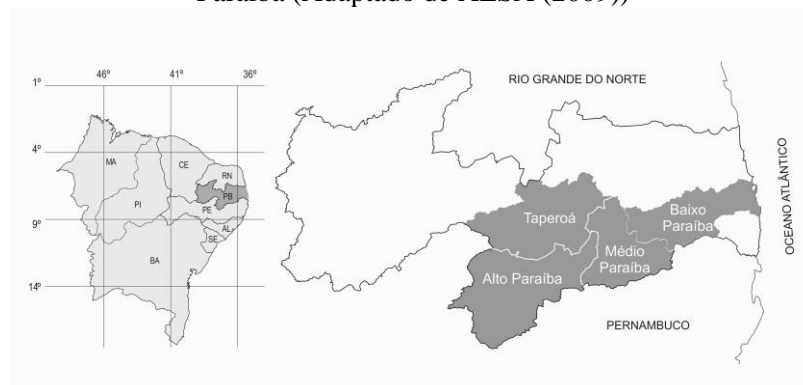
Conforme Regimento interno (AESAs, 2018), o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba (CBH-PB) é composto por sessenta (60) membros titulares e respectivos suplentes com atuação na Bacia, obedecidos os seguintes percentuais por segmento: 40% representantes de usuários de água (24 membros); 30% de representantes de organizações da sociedade civil (18 membros); 30% de representantes do Poder Público. Este último é subdividido em: 7% para órgãos do Poder Público estadual (4 membros); 3% de órgãos do Poder Público federal (2 membros); 20% de órgãos dos poderes públicos municipais sediados na bacia (12 membros).

Este artigo tem como objetivo analisar a distribuição dos membros na composição do CBH-PB, frente as subdivisões hidrográficas da Bacia do Paraíba nas últimas três gestões colegiadas, com foco no princípio participativo e descentralizado da gestão das águas.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo compreende uma das mais importantes bacias do semiárido nordestino, a Bacia Hidrográfica do rio Paraíba que possui uma área de 20.071,83 km², situada entre as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15" Oeste de Greenwich. Nessa Bacia estão localizadas as duas maiores cidades/regiões metropolitanas do estado (Campina Grande e a capital João Pessoa). A Bacia do Paraíba, é a segunda maior do estado, com 38% do seu território, abrigando 1.828.178 habitantes (AESAs, 2018). Está subdividida em: Sub-bacia do Taperoá, e Regiões do Alto, Médio e Baixo Paraíba (Figura 1).

Figura 1. Bacia do rio Paraíba e subdivisões: Sub-bacia do Taperoá, e Regiões do Alto, Médio e Baixo Paraíba (Adaptado de AESAs (2009))



Através do Governo Federal e Estadual, foram construídos, na área da Bacia, vários açudes públicos, que são utilizados no abastecimento das populações e rebanhos, irrigação, pesca e em algumas iniciativas de lazer e turismo regional. Dentre os principais açudes públicos da Bacia, destacam-se: Epitácio Pessoa, conhecido por Boqueirão, que recebe águas da Sub-bacia do Taperoá e do Alto Paraíba,

que atualmente está com 34,91% do seu volume total (411.686.287 m³) (AESAs, 2018c) e Argemiro de Figueiredo (Acauã), localizado no Médio Paraíba, com 11,23% de sua capacidade máxima (253.000.000 m³) (AESAs, 2018c).

Na Figura 2, observam-se os 85 municípios inseridos (total ou parcialmente) na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, segundo a subdivisão: Taperoá, Alto, Médio e Baixo Paraíba. Desse total, 71 tem mais da metade de sua área territorial localizada no interior da Bacia (39 totalmente inseridos). Nessa Figura observa-se que, os municípios de Campina Grande e Boqueirão abrangem três regiões hidrográficas. Já Boa Vista, Pocinhos, Barra de São Miguel, Cabaceiras, São João do Cariri, Serra Branca, Sumé, Ingá, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Mogeiro, Puxinanã e Salgado de São Félix, contemplam duas subdivisões hidrográficas (AESAs, 2004). Os demais, tem suas respectivas áreas (total ou parcial) inseridas em apenas uma região hidrográfica da Bacia do rio Paraíba.

Figura 2. Municípios total ou parcialmente inseridos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, segundo as subdivisões: Taperoá e Regiões do Alto, Médio e Baixo Paraíba (AESAs, 2004)

Taperoá	Alto Paraíba	Médio Paraíba	Baixo Paraíba
Campina Grande		Campina Grande	
Boa Vista		Boa Vista	Alagoa Grande
Pocinhos		Pocinhos	Araçagi
Cacimbas	Barra de São Miguel		Bayeux
Cabaceiras		Ingá	
São João do Cariri		Itatuba	
Serra Branca		Lagoa Seca	
Sumé		Massaranduba	
Assunção	Amparo	Mogeiro	
Barra de Santa Rosa	Camalaú	Puxinanã	
Cacimba de Areia	Caraúbas	Salgado de São Félix	
	Boqueirão		Cabedelo
Cubati	Congo	Alcantil	Caldas Brandão
Desterro	Coxixola	Areial	Cruz do Espírito Santo
Gurjão	Monteiro	Aroeiras	Gurinhém
Juazeirinho	Ouro Velho	Barra de Santana	Itabaiana
Junco do Seridó	Prata	Caturité	João Pessoa
Livramento	S. Domingos do Cariri	Fagundes	Juarez Távora
Olivedos	São João do Tigre	Gado Bravo	Juripiranga
Parari	S. Sebat. do Umbuzeiro	Montadas	Lucena
Salgadinho	Zabelê	Natuba	Mari
Santo André		Queimadas	Mulungu
São José dos Cordeiros		Riacho de Sto Antônio	Pedras de Fogo
Seridó		Santa Cecília	Pilar
Soledade		Umbuzeiro	Riachão do Bacamarte
Taperoá			Riachão do Poço
Teixeira			Santa Rita
Tenório			São José dos Ramos
			São Miguel de Taipu
			Sapé
			Serra Redonda
			Sobrado

Em função das estiagens prolongadas e carência de gestão das águas, a Bacia do Paraíba tem sido palco de muitos conflitos de uso, especialmente quanto ao potencial hídrico do açude Eptácio Pessoa. Lucena (2018) destaca que, entre os anos de 2012 e 2017, ocorreu a maior crise hídrica histórica relacionada ao açude, com ápice em abril de 2017, quando atingiu o menor volume armazenado já

registrado (11,97 milhões de m³) com menos de 3% de sua capacidade total. Ressalta-se, assim, a importância do Comitê de Bacia, frente as condições hídricas adversas que vários municípios têm enfrentado nos últimos anos.

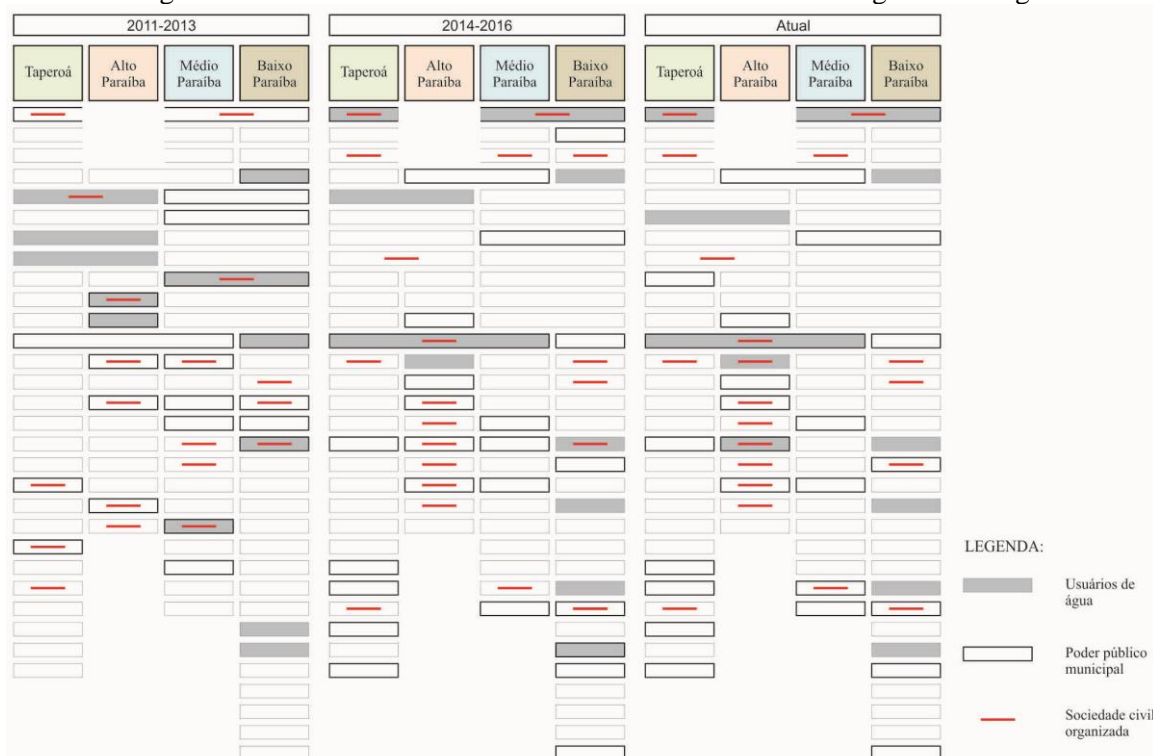
Nos Editais N.º 10, de 28 de setembro de 2011 (CBH-PB, 2011) e N.º 07, de 21 de maio de 2014 (CBH-PB, 2014), bem como em AESA (2018), encontra-se a relação dos membros representantes (titulares e suplentes) do poder público (municipal, estadual e federal), usuários de água e sociedade civil organizada, respectivamente, referentes às gestões de 2011-2013, 2014-2016 e a composição atual de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto ao poder público federal, destacam-se as representatividades do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Referente ao poder público estadual, a AESA, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA), a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) e Defesa Civil, constam também com representatividade entre titulares e suplentes.

Em função da disposição dos municípios em cada sub-região hidrográfica da Bacia do rio Paraíba apresentadas na Figura 2 e as composições das Gestões Colegiadas até o presente ano (CBH-PB, 2011; CBH-PB, 2014; AESA, 2018), foram destacadas as representatividades dos membros dos usuários de água, poder público municipal e sociedade civil organizada para cada gestão colegiada do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (Figura 3). Nessa Figura as células representam municípios posicionalmente observados na Figura 2.

Figura 3. Representatividade de membros dos usuários de água, poder público municipal e sociedade civil organizada do Comitê da Bacia do rio Paraíba nas últimas três gestões colegiadas



A partir dos Editais da divulgação dos membros dos colegiados supracitados, observa-se que, na primeira gestão (2011-2013), o quantitativo de membros estava de acordo com Regimento Interno, salvo no número de membros suplentes dos usuários de água, com 16 vagas (cargo vago). O quantitativo de representantes do poder público municipal, em todas as gestões contemplou os 12 membros (titulares/suplentes). Na representatividade da sociedade civil organizada, apenas membros suplentes foram inferiores nas duas últimas gestões.

Quanto aos usuários de água, desde 2014 as gestões colegiadas foram representadas apenas por membros titulares, com apenas 18 membros (2014-2016) e 19 membros atualmente. Destaca-se assim uma forte carência de membros nessa importante vertente representativa do Comitê (observado também na Figura 3).

Quanto à distribuição dos membros no Comitê frente as subdivisões hidrográficas da Bacia do rio Paraíba, verifica-se, na Figura 3 (células que representam municípios posicionalmente observados na Figura 2) que alguns municípios apresentavam representatividade nas três vertentes destacadas (usuários de água, poder público municipal e sociedade civil organizada), enquanto boa parte não contemplava nenhuma representação, a exemplo da gestão de 2011-2013 (sub-bacia do Taperoá com poucos membros). Atenta-se que na região do Alto Paraíba, a forte quantidade de membros destacada nos últimos anos é referente a cargos suplentes do Comitê.

CONCLUSÃO

Enfatiza-se a necessidade, numa futura gestão colegiada do CBH-PB, de distribuição de membros mais heterogênea frente às regiões hidrográficas da Bacia do Paraíba, especialmente quanto aos usuários de água, bem como nas alternâncias nas futuras gestões, fortalecendo a visão descentralizada e participativa, fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos brasileira.

REFERÊNCIAS

- AESA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Rio Paraíba. 2018. Disponível em <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/comite-de-bacias/rio-paraiba/>. Acesso em: 02 de Junho de 2018.
- AESA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba. 2009. Disponível em: <http://geoserver.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/mapas.html>. Acesso em: 02 de Junho de 2018.
- AESA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Proposta de instituição do comitê da bacia hidrográfica do rio paraíba. Março de 2004. 2018b. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2017/06/Proposta-de-Criação-do-Comitê-do-Rio-Paraíba.pdf> >. Acesso em: 02 de Junho de 2018.
- AESA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Últimos Volumes Informados dos Açudes. 2018c. Disponível em <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/ultimos-volumes/>. Acesso em: 02 de Junho de 2018.
- CBH-PB. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Edital de divulgação da RELAÇÃO FINAL dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBHPB (gestão 2011-2013) eleitos no Processo Eleitoral do CBH-PB-2011. Setembro, 2011. Disponível em: www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2017/06/EDITAL-Nº-10-de-28-de-setembro-de-2011-CBH-PB.pdf>. Acesso em: 02 de Junho de 2018.
- CBH-PB. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Edital de divulgação da relação de Membros Titulares e Suplentes, eleitos nas Plenárias Setoriais e Convocação para a Cerimônia de Posse dos Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB. Gestão 2014 – 2016. Maio, 2014. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2017/06/EDITAL-Nº-07-de-21-de-maio-de-2014-CBH-PB.pdf>>. Acesso em: 02 de Junho de 2018.
- Lucena, D. P. M. M. Simulações da Implantação de Ações de Gestão no Açude Epitácio Pessoa e Seus Impactos na Crise Hídrica em Campina Grande-PB e Região. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental. Universidade Federal de Campina Grande. Fevereiro, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/396>>. Acesso em: 02 de Junho de 2018.